

CARLOS BRANDÃO

# Há orçamentos em excesso

**-É** preciso, antes de mais nada, eliminar os vazamentos que alimentam o déficit público — sugere como proposta de aplicação imediata, cuja forma final seria a criação de um único orçamento, aprovado em Congresso Nacional, o diretor-financeiro do Banco Econômico, presidente da Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (ANDIMA) e ex-presidente do Banco Central, Carlos Brandão.

Para ele, que desde 79 vem insistindo nesta tecla, conseguindo apenas a adesão de alguns poucos mas importantes aliados, como o ex-Ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen, a confusão existente no plano financeiro interno nada mais é do que o resultado da “maliquice do sistema criado”, sustentado pela justaposição de vários orçamentos: o da União, o monetário e o da Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest).

O primeiro passo para o ajuste interno seria a transformação do Banco Central, que

passaria a assumir as funções clássicas de controlador dos depósitos compulsórios, de responsável pelo redesconto de liquidez, de fiscalizador do mercado aberto e do câmbio. As responsabilidades sobre o fomento das atividades econômicas e suas atribuições de órgão fiscalizador do mercado financeiro seriam suprimidas.

— Orçamento único e transparente sintetiza o ex-presidente do Banco Central, que considera um absurdo o sistema atual de gerenciamento do orçamento monetário. “O orçamento monetário, atualmente, pode ser usado e mudado através de um simples despacho de Ministro”, critica o diretor do Banco Econômico.

Na balança dos problemas que o país enfrenta, na área financeira, o lado mais pesado é o interno. Inflação em alta, poupança em queda e déficit público alimentando a aceleração inflacionária são os três fatores que, segundo ele, exigem um ajustamento imediato da política econômica. Dentro deste enfoque, o principal foco de vazamento que alimenta o déficit público é a

emissão maciça e desordenada de títulos públicos federais.

No plano externo, Carlos Brandão defende a negociação de um programa econômico coerente junto ao Fundo Monetário Internacional — FMI, sempre envolvendo os ajustamentos internos. “Um plano desta natureza não comprometeria o acordo necessário com o FMI”, explica.

Sua proposta frente aos credores internacionais passa pela renegociação dos prazos de pagamentos da dívida externa. “Dever é função de tempo. Uma dívida externa com vencimentos maciços de curto prazo é inadmissível”, conclui o ex-presidente do Banco Central.

De um modo geral, os objetivos das reformulações propostas têm um alvo certo: “É preciso liberar mais o setor privado para que ele possa trabalhar.” Para as estatais, a terapia seria um pouco diferente, começando pela extinção do chamado orçamento da Sest: “As estatais passariam a ter seus orçamentos controlados pela sua própria eficiência e não por outras contas.”